

# **A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO NÚCLEO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA IESOL/UEPG: UMA TECNOLOGIA SOCIAL DE FORTALECIMENTO DOS ESPAÇOS PARTICIPATIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**GT 4** – Tecnologias Sociais como práticas de construção de espaços democráticos

**Tipo de trabalho 3:** relato de experiência

*BOGDANOVICZ, Fabiane Kravutschke<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo relata uma experiência formativa realizada pelo Núcleo de Participação Política da IESol/UEPG realizada em maio de 2014, com dez trabalhadoras e trabalhadores de quatro Empreendimentos Econômicos Solidários incubados pela IESol e seis membros da incubadora. A atividade foi baseada na metodologia da Educação Popular, que compreende a não neutralidade da Educação e coloca suas práticas pedagógicas em compromisso com a organização para libertação da camada popular oprimida. A formação abordou os seguintes conteúdos: Política, Democracia, Participação, Movimentos Sociais e Espaços de Participação Política, a fim de fomentar e qualificar a participação das trabalhadoras e trabalhadores nas diversas etapas da Conferência Nacional de Economia Solidária, no Conselho Municipal, no Fórum Regional dos Campos Gerais de Economia Solidária e em demais espaços democráticos de participação política. Este artigo articula tal formação ao conceito de Tecnologia Social enquanto produto, técnica ou metodologia reaplicável, desenvolvida na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social, transformação essa que precisa englobar também a transformação política.

**Palavras-chave:** formação, participação política, educação popular.

## **Introdução**

O presente artigo apresenta o relato de uma experiência formativa do Núcleo de Participação Política da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol, que foi realizada com trabalhadoras e trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES – no ano de 2014, objetivando sua preparação para a participação das etapas da III Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES, bem como de demais espaços de participação política em diferentes âmbitos.

A Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol – é um programa permanente de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná – UEPG, criado em 2005 com o intuito de atuar junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade e da região dos Campos Gerais, visando ao seu fortalecimento e sua organização, com base nos princípios da Economia Solidária – EcoSol, que abrangem a autogestão, a democracia, a cooperação, a justiça social, a sustentabilidade, o respeito ao saber local, buscando “a integração destes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e de segurança alimentar” (IESOL, 2015). Como forma de organização interna da incubadora, além das equipes de incubação aos EES, a IESol também se organiza através de núcleos temáticos, nos quais participam um número reduzido

---

<sup>1</sup>Bacharela em Psicologia, psicoecosol@gmail.com, IESol/ Universidade Estadual de Ponta Grossa.

de pessoas da incubadora, para discutir a respeito do(s) tema(s) referente(s) ao núcleo, auxiliar as equipes de incubação com questões específicas, fazer proposições à incubadora como um todo em assuntos relativos aos discutidos pelo núcleo, fazer pesquisas, entre outras atividades que contribuem positivamente na organização da IESol, sem requerer a participação direta de todos os membros da incubadora.

O Núcleo de Participação Política tem como objetivos: debater sobre os espaços de participação política relativos à Economia Solidária (como fóruns, conselhos, conferências, e afins); realizar formações para os trabalhadores dos EES incubados e para membros da IESol a respeito do tema; facilitar atividades formativas realizadas pela IESol junto à universidade e à comunidade; bem como fazer a representação da incubadora nos espaços de participação política como os supracitados. Tal núcleo iniciou sua atuação no começo do ano de 2014 e contou com um número variável de membros desde então – não mais de seis pessoas –, apresentando atualmente cinco membros: duas técnicas (das áreas de Psicologia e Geografia) e três estagiárias (de Serviço Social, Engenharia de Alimentos e Direito). O Núcleo tem participado das reuniões do Conselho Municipal de EcoSol, do Fórum Regional dos Campos Gerais de EcoSol, do Fórum Paranaense de EcoSol e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, além de conferências e fóruns que acontecem esporadicamente, em nível municipal, regional, estadual e nacional.

## Desenvolvimento

A respeito da experiência à qual este relato diz respeito, no mês de maio de 2014, o Núcleo de Participação Política, através de três de seus membros, aplicou uma atividade formativa preparatória para a III CONAES, com dez trabalhadoras e trabalhadores de quatro empreendimentos incubados pela IESol e com mais seis membros da incubadora. O objetivo dessa atividade foi abordar com integrantes de EES temas relativos à participação política, a fim de prepará-los para participar e integrar espaços políticos participativos, como fóruns, conselhos e conferências, especialmente para as etapas da III CONAES a acontecer naquele mesmo ano.

A atividade preparatória foi proposta com base em conceitos da Educação Popular de Paulo Freire. Foram elaborados quatro cartazes em papel craft contendo em escrito apenas os títulos dos temas a serem abordados na formação: Política, Democracia, Participação e EcoSol (como Movimento Social). Além desses quatro cartazes, foram levados alguns pedaços de craft desenhados como balões de fala ou de pensamento, contendo resumos de conceitos teóricos apontados sobre os quatro temas, que foram sendo apresentados em momentos oportunos da discussão.

Para iniciar a atividade, o grupo de participantes foi organizado em círculo. O primeiro tema a ser trabalhado foi Política. Colocou-se no chão, no centro do círculo, o cartaz com o tema

referido. A facilitadora da atividade perguntou ao grupo quais ideias vêm à mente quando se ouve a palavra “política”, e as ideias apresentadas pelo grupo foram sendo anotadas no craft. Além de palavras descritivas, como: leis e relações, muitas palavras apresentaram conotações negativas, como: ladrão, corrupção, mentira, ambição, profissão, [falta de] ética, promessas, injustiça; mas também algumas apresentaram uma outra compreensão do tema, como: cidade, articular, oportunidade, construção, tudo. A facilitadora problematizou diversas das respostas, questionando o seu porquê. Depois de algum tempo de diálogo, foi apresentado um dos balões previamente elaborados, com o conceito de que o termo política é proveniente do grego “*polis*”, que diz respeito à vida na cidade, e questionou o que mudava na percepção do tema com a introdução dessa nova informação. Após mais alguns minutos trabalhando com conceitos apontados pelo grupo e construindo coletivamente o conhecimento, apresentou-se a nova informação de que há várias maneiras de se fazer política, como a monarquia, a ditadura e também a democracia. Assim, passou-se para o próximo tema.

O segundo cartaz colado no chão continha o tema Democracia. Novamente, perguntou-se ao grupo o que vem à mente quando se fala a palavra democracia. As palavras foram, em geral, mais positivas, como: liberdade de falar, direito de opinar e agir, diversidade, união, escolha, trabalho em grupo, autogestão, plebiscito, constituição. Mas quando uma das participantes relatou que certa vez sua entrada fora barrada na prefeitura municipal, o grupo questionou se o que se tem atualmente é, de fato, uma democracia, que, conforme apresentado em um dos balões teóricos, é uma palavra que também é proveniente do grego, significando “governo do povo, para o povo”. A partir do relato da trabalhadora, apareceram palavras como: manipulação, coerção, poder. A facilitadora da atividade apresentou a informação de que a democracia pode ser exercida de duas formas: indireta (ou representativa) e direta (ou participativa). Também relatou sobre a crise do modelo representativo. Após mais algum tempo anotando os conceitos trazidos pelo grupo, apresentou-se o terceiro cartaz, referente à participação.

No terceiro cartaz, podia-se ler a palavra Participar. Seguiu-se a mesma metodologia, questionando ao grupo o que se pensa quando se escuta a palavra Participar. Foram elencadas ideias como: comprometimento, agir, autogerir, interesse, entre outros. A facilitadora questionou sobre de quais atividades as pessoas participam, se são apenas espaços políticos, e foram mencionados cursos, festas, etc.. Foram citados termos como: troca de ideias, satisfação, emoção, integração, qualidade, esperança. Como conceito previamente elencado, a facilitadora explicou que a participação contribui com a autonomia, palavra de origem grega que significa “leis próprias”. O grupo apontou ainda palavras como contribuir, realização pessoal, objetivo, doar-se, ser ator, não ser mais um número. A facilitadora apresentou que, quando grupos de pessoas se unem para pressionar por algum direito, reivindicar bens coletivos, lutar contra opressões, enfim, quando se

organizam para buscar a transformação das condições existentes na realidade social, são assim constituídos os Movimentos Sociais, que são uma forma de participação política. Foi perguntado em quais espaços esse tipo de organização pode ser vista, e o grupo elencou: MST, movimento de catadores, feminismo, pastorais e igrejas, grupos de jovens, associações de moradores. Questionou-se então se a Economia Solidária poderia ser considerada um Movimento Social. O grupo refletiu que sim, e assim apresentou-se o quarto cartaz.

O quarto tema trabalhado com o grupo foi a Economia Solidária como Movimento Social. As ideias apresentadas pelo grupo sobre o tema abrangeram: oportunidade, independência, aprender, não-capitalista, bem-estar, talentos, trocas, bem-viver, resgate social, preço justo, valores, sustentabilidade, inclusão social, auto-estima.

Figura 1 – Finalização da primeira etapa da atividade



Fonte: arquivo da IESol

Após essa primeira parte da atividade, foi feito um intervalo para a realização de um café solidário. No retorno à atividade, foi explicado que, além dos espaços de organização popular de participação política, que são os Movimentos Sociais, há também espaços de participação que são mais institucionalizados, e assim foram apresentados os conceitos de: Conselhos (que são o braço da população para dentro do governo na discussão e criação de políticas públicas, envolvendo sociedade civil e gestores públicos – no caso da Economia Solidária, os conselhos são tripartite entre os segmentos: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Governo/Gestores), Fóruns (que são espaços de debate e articulação entre os diversos atores da

Economia Solidária para o seu fortalecimento) e Conferências (espaços mais amplos de discussão e deliberação, onde são apresentadas propostas para o fortalecimento e a adequação de políticas públicas específicas, que acontecem periodicamente e são compostas por delegadas e delegados, isto é, membros de delegações). Nesse tema, foram apresentadas algumas das maiores conquistas provenientes das últimas duas Conferências Nacionais de Economia Solidária, bem como as conquistas da luta em âmbito municipal em Ponta Grossa/PR, como a criação da Lei Municipal de Economia Solidária e a efetivação do Conselho Municipal de Economia Solidária, que necessita da participação das trabalhadoras e trabalhadores da EcoSol como protagonistas para ser um espaço verdadeiramente democrático e para refletir a realidade cotidiana da EcoSol.

Por último, foi abordada a III CONAES, a acontecer naquele mesmo ano, seu tema, eixos, metodologia, possibilidades e datas, para esclarecimento geral de o que é uma conferência e como funciona. Foi feito também o convite para a participação das pessoas presentes na atividade e, solicitando o repasse dos conhecimentos construídos coletivamente naquela atividade aos demais membros dos empreendimentos, o convite para participar da III CONAES foi estendido. Assim concluiu-se a atividade daquele dia.

Como resultado direto da atividade formativa, observou-se que duas trabalhadoras de um EES e dois trabalhadores de outros dois EES participaram da Macro-Conferência Regional, e duas dessas pessoas seguiram ainda para a etapa estadual. Além disso, posteriormente, uma das trabalhadoras que participou dessa atividade se tornou a presidente do Conselho Municipal de EcoSol.

Essa atividade foi aplicada três vezes ao todo, sendo a primeira vez a descrita acima, e a segunda e terceira vezes foram módulos de um curso de introdução à Economia Solidária ministrado pela IESol, realizado semestralmente, aberto ao público universitário e à comunidade em geral.

### Participação política

O Núcleo de Participação Política da IESol compreende Política em seu sentido mais amplo, para além da compreensão reduzida em política partidária, sentido esse que, segundo autores da Democracia Participativa (como Jean-Jacques Rousseau, Carole Pateman, Pedro Demo, entre outros<sup>2</sup>), invariavelmente engloba a participação social, que pode ser definida como um “processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (AMMANN, 1980, p. 61).

---

<sup>2</sup> Segundo CREMONESE, D. Participação cabe em qual democracia? Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdade. UFSM. Santa Maria: [s.n.], 2011. Disponível em <[coral.ufsm.br/nedd/docs/participacao-democracia](http://coral.ufsm.br/nedd/docs/participacao-democracia)>. Acesso em 20 ago 2015.

Atualmente, existe um desprezo da população à política, entendida comumente em sentido mais restrito, em sua face institucionalizada – especialmente em suas expressões partidárias –, além de uma apatia política generalizada desde a crise dos grandes projetos político-sociais da Modernidade<sup>3</sup>, demonstrada através de altos índices de abstenção eleitoral<sup>4</sup> e baixa participação nos espaços democráticos abertos à participação direta. Para compreensão dessa baixa participação popular, Pinho (2010, p. 35-36) explica que “são diversos os mecanismos que bloqueiam uma partilha efetiva do poder”, sendo a restrição mais relevante para uma participação igualitária a exigência de qualificação – técnica e política. A participação em uma política pública, em qualquer de suas etapas (formulação, discussão, deliberação ou execução), demanda “o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral não dispõem”. Outra restrição à participação da sociedade civil se refere ao conhecimento sobre o funcionamento do Estado e seus procedimentos. Nesse caso, tem vantagem a classe política que ocupa o Estado, por conhecer sua lógica e ritmo de funcionamento. A formação dessas competências técnicas exige grande investimento de tempo e energia, e os representantes que adquirem essa qualificação “tendem a ser perpetuados enquanto representantes”, prejudicando “a rotatividade da representação” (DAGNINO, 2002, p. 284 *apud* PINHO, 2010, p. 36) bem como a socialização de tais conhecimentos. Esses são alguns dos fatores que afastam a sociedade civil da participação política, legitimando então o sistema representativo, cujos partidários defendem a atuação de políticos profissionais para superar esses fatores e defender o povo de si mesmo.

Entretanto, para os teóricos da Democracia Participativa, a participação seria uma prática pedagógica, apresentando um caráter educativo, isto é, aprende-se a participar participando. Dessa forma, “o conhecimento prévio não é condição para a capacidade de agir na esfera pública, como alegariam alguns defensores da representação como mecanismo para qualificar os deliberantes” (DIAS, 2002, p. 95). É o próprio exercício da atividade política que desenvolve a capacidade e a responsabilidade das cidadãs e cidadãos, enriquecendo suas experiências de vivências coletivas (o que coloca os interesses individuais em relação contextualizada com os interesses coletivos, “gerando benefícios para a sociedade como um todo”, conforme ROUSSEAU; MILL; TOCQUEVILLE *apud* DIAS, 2002, p. 92). Para Maria da Glória Gohn, a eminente pesquisadora sobre o tema da participação popular, “aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado” e,

---

<sup>3</sup> Conforme explanado em GUERRA, Y. Modernidade: crise de “paradigmas” ou final do sonho? **Boletín Electrónico Perspectiva Latinoamericana**. Escuela de Trabajo Social. Universidad de Costa Rica. 2010. Disponível em < [www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf](http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf)>. Acesso em 20 ago 2015.

<sup>4</sup> De acordo com COELHO, M.; MILITÃO, E.; HAUBERT, M. Um em cada quatro eleitores não votou em ninguém. **Congresso em foco**. Brasília, 30 out. 2012. Disponível em <[congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem](http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem)>. Acesso em 29 jun 2015; CRISTINA, L.; MASSALLI, F. Abstenção, brancos e nulos são 29% dos votos; eleitor tem descrença no candidato. **Agência Brasil**. Brasília, 06 out. 2014. Disponível em <[agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato](http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato)>. Acesso em 29 jun 2015.

dessa forma, “participação toma o significado de luta contra a exclusão” (GOHN, 2003, p. 28). Ademais, é através da participação política popular que a democracia se qualifica e legitima.

A participação qualificada, que acontece através da experiência da própria participação, resulta também no fortalecimento dos espaços democráticos participativos, como fóruns e conselhos. A maioria desses espaços da Economia Solidária se apresenta com muitas fragilidades. A prática democrática é ainda incipiente no Brasil, aparecendo a participação popular na agenda política a partir da reabertura democrática, através da Constituição Federal de 1988 (a dita “Constituição Cidadã”). Mesmo após esse processo histórico, os espaços abertos à participação popular ainda são restritos, com muitos dos espaços sendo apenas consultivos, e muitos dos espaços deliberativos sendo tutelados. A presença nesses espaços (que não pode verdadeiramente ser chamada de “participação”) resulta em maior desmotivação daqueles que não têm a prática da participação, com reavivada descrença no funcionamento do aparelho político e da Democracia. Dessa forma, no caso da Economia Solidária, o acompanhamento desses espaços fragilizados por parte das Entidades de Apoio e Fomento – como universidades, através das incubadoras de empreendimentos solidários –, é vital para a construção e fortalecimentos desses espaços.

### Educação popular

Os textos de referência produzidos a partir do movimento da EcoSol apontam a Educação Popular como a metodologia de trabalho da EcoSol por excelência, pois apresenta princípios e práticas que são muito próximos aos da Economia Solidária (conforme as Diretrizes Metodológicas para Educação em Economia Solidária), sendo comuns a ambas “o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes” (BRASIL, 2012, p. 8). Dessa forma, o Núcleo de Participação Política constrói suas atividades formativas de acordo com os princípios dessa pedagogia.

A Educação Popular é uma metodologia desenvolvida no trabalho de Paulo Freire de alfabetização de jovens e adultos, que envolve “a organização das classes populares para intervirem na realidade conforme seus interesses e necessidades de classe” (PACHECO JÚNIOR e TORRES, 2009, p. 26), configurando-se em uma proposta de

uma Educação ética e responsável que apresente as contradições históricas de seu tempo, contribuindo com a conscientização e que tenha como pretensão colocar homens e mulheres em diálogo permanente, apontando, a partir dessa relação, uma perspectiva de sociedade que contemple as suas reais necessidades (PACHECO JÚNIOR e TORRES, p. 25).

É possível definir a Educação Popular como “processo educativo que se vincula de forma estreita à ação organizada das camadas populares, visando contribuir para a construção de uma sociedade em e de acordo com seus interesses” (PALUDO, 2001, p. 100 *apud* ADAMS, 2010, p.

15), com base no entendimento de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

A Educação não é um processo neutro, pois suas práticas carregam ideologias, relações de poder, escolhas (como a seleção de currículo da grade escolar). Dessa forma, a Educação vem sendo usada como mecanismo de dominação, para a reprodução e manutenção do *status quo*, sendo uma arma na relação entre opressores e oprimidos. Encontra-se no prefácio do livro “A educação para além do capital”, de István Mészáros, o texto de Emir Sader (2010) que afirma que a educação teria o potencial de ser uma alavanca para a mudança, mas se tornou instrumento da sociedade capitalista, fornecendo conhecimentos e pessoal necessários “à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista”, gerando e transmitindo “um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. A educação, particularmente em seu aspecto formal, “foi e continua sendo um 'instrumento' utilizado para facilitar a integração das gerações na lógica do sistema hegemônico na sociedade e assim gerar conformidades” (ADAMS, 2010, p. 22). Nesse sentido, Cruz e Guerra (2009, p. 2) apontam a relação dialética entre educação e economia e afirmam que ambas as práticas podem se posicionar de uma das duas maneiras: ou “reforçar os valores sociais e a estrutura social vigente”, ou, ao contrário, tensionar “a estrutura e a dinâmica da sociedade atual, confrontando-a com seus limites”, “propondo uma outra sociedade (e uma outra educação, e uma outra economia...)”.

Apesar de poderem ser encontradas na Educação práticas tecnicistas, com transferência passiva de conteúdos e treinamento e repetição, a fim de adaptar pessoas à produtividade, aos valores de individualismo e competição e à reprodução do *status quo*, são também possíveis na Educação práticas emancipatórias, libertárias, que potencializem a solidariedade, a autonomia, a conscientização e a organização popular, pois “[...] na sua melhor forma a Educação é muito mais do que técnicas, a Educação é uma forma de entender o mundo com a finalidade de transformá-lo” (FREIRE, FREIRE & OLIVEIRA, 2014, p. 101). Esse é o compromisso ético da Educação Popular, que “tem como tarefa não a mera transmissão, mas 'a produção do conhecimento, a defesa de uma educação para a liberdade, pré-condição da vida democrática, a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização'” (BRANDÃO, 2003, p. 213 *apud* ADAMS, 2010, p. 16).

É com isso em mente que Paulo Freire entende o termo *popular* como referente à classe oprimida, “aquele que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania e que também está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos socialmente” (INCUBES, 2003). Assim, a pedagogia da libertação “é construída com o oprimido, na luta pela reconquista de sua humanidade. Não vamos ter a pretensão de construir uma pedagogia para ele. Ao prescrever conteúdos ou exigir comportamentos que julguemos adequados, estamos também oprimindo” (CARNEIRO, 2008).



Portanto, o trabalho do educador popular precisa ser centrado no diálogo, “desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, [...] revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua ‘incompetência’ para explicar os fatos” (FREIRE, 1996, p. 81). Assim, “o saber popular é organizado, acrescido de conhecimentos científicos, [...] contextualizado no tempo e no espaço e, num trabalho conjunto com os educandos, é utilizado como base para planejar ações concretas que busquem a superação das situações-problema” (CEFURIA, 2011, p. 26).

A Educação Popular realiza o “esforço criativo de traduzir conceitos abstratos em linguagem cotidiana, metáforas e símbolos”, das próprias camadas populares, revelando-se “um processo coletivo de produção e socialização do conhecimento que capacita educadores e educandos a ler criticamente a realidade sócio-econômico-político-cultural com a finalidade de transformá-la”, o que exige “envolvimento co-responsável de todas as pessoas participantes, na construção, apropriação e multiplicação do conhecimento (PELOSO, 2005). A Educação Popular não se trata de um método pronto, mas um processo, um compromisso envolvendo a construção do conhecimento a partir do conhecimento de seus participantes. Apesar de não ter uma “receita”, alguns passos são imprescindíveis na utilização dessa metodologia: partir do saber popular, da realidade local; realizar um “trabalho coletivo de participação e análise no processo de redução temática” dessa realidade, estudando-a e problematizando-a; organizar o conhecimento e aprofundá-lo; utilizar o conhecimento anteriormente constituído e aprendido para reinterpretar a própria realidade e agir (SILVA, 2007), porque, para Paulo Freire, conscientização significa consciência mais ação.

## Tecnologia Social

Encontra-se no regulamento do prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologias Sociais a seguinte definição sobre tal conceito: “Tecnologia Social compreende ‘produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social’”, e ainda que “a Tecnologia Social alia saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, tendo presente princípios de autogestão, protagonismo social, respeito cultural, cuidado ambiental e solidariedade econômica” (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2015). Observa-se que a própria definição do conceito apresenta características que o aproximam muito da Economia Solidária.

Para os autores Adams *et al* (2011), “todo conhecimento aplicado para resolver algum problema, transformar determinadas circunstâncias, encaminhando processos, que resultam em maior eficácia, pode ser considerado tecnologia” (p. 18). O objetivo conceitual da tecnologia seria produzir melhor qualidade de vida; contudo, aplicada dentro de um contexto capitalista, a tecnologia proporciona destruição social e ambiental. A tecnologia, portanto, não é neutra.

Afirmam ainda tais autores que o termo tecnologia é comumente associado às áreas exatas e biológicas, sendo a relação com as ciências humanas mais recente. A partir disso, a compreensão de tecnologia passa a transcender os instrumentos materiais, abrangendo os conhecimentos e saberes populares que são aplicados de forma consciente e crítica, a fim de solucionar problemas sociais cotidianos e de proporcionar a emancipação social, valorizando as culturas locais. As tecnologias também participam da reprodução social, sendo mais do que meras ferramentas: elas se inserem e até mesmo determinam formas de ser, se relacionar e se organizar. Assim, o fortalecimento das tecnologias sociais pode complementar as estratégias de resistência e luta contra a pobreza, a exclusão e o subdesenvolvimento, que são também características da Economia Solidária.

### Considerações finais

A experiência formativa relatada neste artigo apresentou para trabalhadoras e trabalhadores da Economia Solidária, a partir dos princípios dialógicos da Educação Popular, alguns conceitos sobre Política, entendida em seu sentido amplo, a fim de problematizar a participação política, apresentar suas possibilidades e limitações, nos diferentes espaços democráticos abertos à participação popular. Tal experiência pode ser extensamente reaplicada e adaptada, pois parte do princípio da construção coletiva do conhecimento, o que acontece de forma sempre diferente conforme o momento, o contexto, o coletivo e a forma em que a atividade é facilitada.

Compreendendo que os espaços de participação política têm uma história ainda curta, após a reabertura democrática, e se apresentam com muitas fragilidades, estes carecem, portanto, de muita atenção e acompanhamento para garantir o acesso das camadas populares, as discussões qualificadas e acessíveis, a efetividade de tais discussões, a continuidade desses espaços, que a participação popular não seja tutelada, enfim, para garantir o fortalecimento desses espaços democráticos.

Considerando ainda que a participação política também contribui qualitativamente para a participação nas instâncias do próprio empreendimento, aprimorando a autogestão do coletivo, percebe-se que a participação política e o fortalecimento dos espaços democráticos contribuem para o fortalecimento da Economia Solidária nos seus mais diferentes aspectos: dentro do empreendimento, enquanto movimento social e enquanto política pública, podendo as Tecnologias Sociais, como a metodologia apresentada neste relato, ser amplamente aproveitadas para garantir esse fortalecimento e uma mais ampla transformação social.

### Referências

ADAMS, T. **Educação e Economia Popular Solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

ADAMS, T.; SCHOLZ, R. H.; CARGNIN, T. M.; HOSSEIN, T. S. Tecnologia Social e Economia Solidária: Desafios educativos. **Diálogos**. V. 18, pp. 13-35, Canoas, Jan-Jun, 2011.

AMMANN, S. B. **Participação Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Conselho Nacional de Economia Solidária. **Diretrizes políticas metodológicas para educação e em Economia Solidária**. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em <[portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B92EB23D11/RECOMENDACOES%208%20WEB.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.

CARNEIRO, G. **A Pedagogia de Paulo Freire**: uma Pedagogia Humanizadora. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2008. Disponível em <[www.cefuria.org.br/files/2012/08/cartilha1.pdf](http://www.cefuria.org.br/files/2012/08/cartilha1.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.

CEFURIA. **A pedagogia de Paulo Freire**: Uma pedagogia humanizadora. Curitiba: Editora Gráfica Popular Ltda., 2011.

CHRISTOFFOLI, P. I. A formação política na Economia Solidária. In: MELLO, S. L.; SÍGOLO, V. M.; BARBIERI, E. M. **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. V. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007. Pp. 165-171.

COELHO, M.; MILITÃO, E.; HAUBERT, M. Um em cada quatro eleitores não votou em ninguém. **Congresso em foco**. Brasília, 30 out. 2012. Disponível em <[congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem](http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem)>. Acesso em 29 jun 2015.

CRISTINA, L.; MASSALLI, F. Abstenção, brancos e nulos são 29% dos votos; eleitor tem descrença no candidato. **Agência Brasil**. Brasília, 06 out. 2014. Disponível em <[agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato](http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato)>. Acesso em 29 jun 2015.

CREMONESE, D. Participação cabe em qual democracia? Núcleo de Estudos sobre Democracia e Desigualdade. UFSM. Santa Maria: [s.n.], 2011. Disponível em <[coral.ufsm.br/nedd/docs/participacao-democracia](http://coral.ufsm.br/nedd/docs/participacao-democracia)>. Acesso em 20 ago 2015.

CRUZ, A.; GUERRA, J. S. Educação popular e economia solidária nas incubadoras universitárias de cooperativas populares – práticas dialógicas mediadas pelo trabalho. In: HERBERT, S. *et al.* **Participação e práticas educativas** - a construção coletiva do conhecimento. São Leopoldo: Oikós, 2009. Pp. 90-105. Disponível em <[antares.ucpel.tche.br/nesic/educpopularecosol.pdf](http://antares.ucpel.tche.br/nesic/educpopularecosol.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.

DIAS, M. R. As teorias educativas da participação: transcendendo os limites da representação política. **Sob o signo da vontade popular**: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. Pp. 91-96.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Regulamento Prêmio FBB de TS 2015. Disponível em <[www.fbb.org.br/tecnologiasocial/menu-rapido/regulamento.htm](http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/menu-rapido/regulamento.htm)>. Acesso 29 jun 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.; FREIRE, A. M. A.; OLIVEIRA, W. F. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUERRA, Y. Modernidade: crise de “paradigmas” ou final do sonho? **Boletín Electrónico Perspectiva Latinoamericana**. Escuela de Trabajo Social. Universidad de Costa Rica. 2010. Disponível em <[www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf](http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000421.pdf)>. Acesso em 20 ago 2015.

IESOL. Sobre a incubadora. Ponta Grossa: [s.n.], 2015. Disponível em <[iesol.webnode.com/quemsomos](http://iesol.webnode.com/quemsomos)>. Acesso em 29 jun 2015.

INCUBES. A Educação Popular. João Pessoa: UFPB, 2003. Disponível em <[www.uel.br/projetos/intes/antigo/downloads/a\\_educacao\\_popular.doc](http://www.uel.br/projetos/intes/antigo/downloads/a_educacao_popular.doc)>. Acesso em 29 jun 2015.

PACHECO JÚNIOR, I.; TORRES, M. M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: ASSUMPÇÃO, R. **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. Pp. 19-53. Disponível em <[ceaal.org/images/stories/Educacao%20Popular%20na%20Perspectiva%20Freiriana.pdf](http://ceaal.org/images/stories/Educacao%20Popular%20na%20Perspectiva%20Freiriana.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.

PELOSO, R. Aprendendo e ensinando uma nova lição: Educação Popular e Metodologia Popular. 2005. Disponível em <[websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/educacao\\_popular\\_ranulfo\\_peloso.htm](http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/quintana/educacao_popular_ranulfo_peloso.htm)>. Acesso em 29 jun 2015.

PINHO, J. A. G. Gestão Social: Conceituando e Discutindo os Limites e Possibilidades Reais na Sociedade Brasileira. In: TIGO, A. S. *et al.* (org.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: UNIVASF, 2010. Pp. 21-52. Disponível em <[ites.colivre.net/pub/Site/Publicacao29/Livro\\_III\\_ENAPEGS.pdf](http://ites.colivre.net/pub/Site/Publicacao29/Livro_III_ENAPEGS.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 15-18.

SILVA, A. F. G. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. Disponível em <[radiocirandeira.files.wordpress.com/2012/01/a\\_busca\\_tema\\_gerador.pdf](http://radiocirandeira.files.wordpress.com/2012/01/a_busca_tema_gerador.pdf)>. Acesso em 29 jun 2015.